



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Administração
Coordenação de Licitações e Contratos

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 05/2021

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.OBJETO

1.1 A presente contratação tem por objeto o fornecimento de material de consumo para o setor Gráfico e Reprográfico da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Quadro CGA Anexo II.

2.FUNDAMENTO LEGAL

2.1 As contratações realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços enquadram-se, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993 combinado com a Portaria nº 306, de 13/12/2001 e o inciso II, art. 51 do Decreto nº 10.024/2019.

3.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Participação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte

3.2 Poderão participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao Órgão Promotor da Dispensa Eletrônica.

3.2 É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a SUDAM ou com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

4.ENVIO DE PROPOSTAS E LANCES

4.1. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br – Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, vedada sua remessa em papel.

5.COTAÇÃO ELETRÔNICA

5.1 A Cotação eletrônica será conduzida no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, no dia 11/08/2021, às 09:00 horas, horário de Brasília, sendo que as condições estabelecidos no Pedido de Dispensa Eletrônica de Preços, de acordo com as "Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços" e com as demais normas contidas neste documento, estarão disponíveis no sítio [www.sudam.gov.br/ LICITAÇÕES E CONTRATOS/ Licitações e Contratos SUDAM/Cotações/Cotação Eletrônica nº 05/2021](http://www.sudam.gov.br/LICITAÇÕES_E_CONTRATOS/Licitações_e_Contratos_SUDAM/Cotações/Cotação_Eletrônica_nº_05/2021).

5.2 Para participar da cotação eletrônica, o fornecedor deverá digitar seu CNPJ e senha de acesso ao Sistema e assinalar, em campo próprio, a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a SUDAM, ou com toda a Administração Pública, e o pleno conhecimento e aceitação das regras de que trata o subitem anterior.

5.3 A cotação de preços, bem como os lances subsequentes deverão ser registrados, em reais, para o item, com validade de 30 dias.

5.4 Será considerado vencedor da cotação eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, o lance de menor valor sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda as respectivas

especificações.

5.5 Apresentar as documentações de regularidade junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, CNDT, Declaração que não emprega menor e a Declaração de inexistência de fatos impeditivos, para fins de adjudicação.

5.6 A SUDAM poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Procedimentos:

6.1.1 Os materiais deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações neste termo e seus Anexos.

6.1.2 A empresa vencedora deverá adotar os seguintes procedimentos visando o fornecimento dos materiais à SUDAM:

6.2 Quanto ao fornecimento e entrega:

a) Prazo de entrega deverá ser de no máximo 25 (vinte cinco dias) dias corridos contados a partir do quinto dia da assinatura/entrega do empenho/contrato;

b) Somente admitir-se-á prorrogação de prazo quando verificada a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses previstas no § 1º do Art. 57 da Lei 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação da licitante vencedora aprovada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

c) A Nota de Empenho poderá ser enviada por meio de fac-símile com confirmação de recebimento, entregue pessoalmente por servidor qualificado do Órgão ou recebido por representante da empresa vencedora junto ao Órgão;

d) Fornecer os materiais, definidos neste Termo de referência e no Quadro CGA Anexo II. observando-se, rigorosamente, as características especificadas.

6.3 Local, Horário e condições de recebimento:

6.3.1 Material de Consumo - Local de entrega: Os materiais deverão ser entregues na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, Almoxarifado/Divisão de Gestão de Suprimentos –Tv. Antônio Baena, 1113, bloco F - Marco, Belém - PA, 66093-082. Fones: (91) 4008 5666/ 4008 5629. no horário: das 09h às 11h e das 14h às 16h, em dia útil.

6.3.2 Recebimento dos materiais

6.3.2.1 O recebimento dos materiais ocorrerá da seguinte forma:

a) Todos os materiais adquiridos deverão ser recebidos pelo Serviço de Almoxarifado no local abaixo indicado, no horário das 09h às 11h e das 14h às 16h em dia útil, no Edifício da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Travessa Antônio Baena, nº 1113, na Cidade de Belém Bairro do Marco, Bloco I - Almoxarifado - CEP 66093-082– Belém-PA.

b) O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

b.1) **Provisoriamente**, pelo serviço de almoxarifado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos materiais no Almoxarifado da SUDAM, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Anexo II do Edital;

b.2) **Definitivamente**, pelos servidores designados para encargos de gestor e fiscais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do prazo estabelecida na letra anterior, após verificação da qualidade e da quantidade dos materiais e consequente emissão do Termo de Recebimento;

c) Deverá ser verificada a equivalência dos materiais entregues, com as especificações contidas no Termo de Referência e Anexo II confrontadas, também, com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito material divergente quanto à marca, modelo, ou especificação diversa da informada na Proposta de Preços da empresa vencedora.

d) O Serviço de Almoxarifado somente receberá os materiais da empresa vencedora na sua totalidade. Não será aceito entrega parcial de materiais.

e) Cumpridas as condições estabelecidas, o Serviço de Almoxarifado e a empresa vencedora, firmarão em duas vias, Termo de Recebimento Provisório;

f) Na eventualidade de verificar-se defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, não será lavrado o Termo de Recebimento, enquanto não forem sanadas as incorreções.

6.3.2.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.3.2.3 Recolhimento de material enviado em desconformidade: Material enviado em desconformidade quanto a quantidade ou qualidade em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

6.3.2.4 Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a Sudam dará as destinações que julgar pertinentes.

6.3.2.5 Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.

6.3.2.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.3.2.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência/Anexo/ Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência/ Edital e seus anexos;

7.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de referência, Anexo II, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (QUANDO FOR O CASO)

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9. HABILITAÇÃO :

9.1 A licitante detentora de melhor lance, após ter sua proposta aceita no sistema deverá apresentar a seguinte documentação relativa, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

9.1.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, sendo que a prova de regularidade para com a Fazenda Federal será atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1.1) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, ou documento equivalente que comprove a regularidade, e

9.1.1.2) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.1.3) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, nos termos do título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e instituída de acordo com a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.1.1.3.1) A referida certidão será expedida através de consulta ao site www.tst.jus.br/certidao, para comprovar a inexistência de débito inadimplidos perante a Justiça do Trabalho da licitante/fornecedora, até que o sistema SICAF esteja adaptado para disponibilizar a informação.

9.2. A licitante deverá apresentar, ainda, **as declarações**:

9.2.1 Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.2 Declaração de Menor

9.2.3 Declaração que atende os critérios de sustentabilidade ambiental.

9.3 Relativo à Qualificação Técnica:

9.3.1 A licitante deverá apresentar pelo menos um atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa forneceu bens pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de referência em características, quantidades e prazos;

9.3.1.2 o(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contratado; 3) prazo de execução do trabalho, e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Esses dados poderão ser utilizados pela Sudam para comprovação das informações.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado na forma disciplina no item 14 do termo de referência como aqui estivesse transcrito.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas serão aquelas previstas no item 18 do termo de referência como a aqui transcritas estivessem.

13.VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato/empenho vigorará por 04 (quatro) meses a partir da entrega do empenho/contrato.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens será de no mínimo, 06 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

15.1. As condições, especificações e quantidades do objeto constam do Anexo I - Termo de Referência no quadro SAD (Anexo II), como se aqui estivessem transcritos.

16..DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. A despesa decorrente desta aquisição correrá à conta dos recursos específicos consignados à SUDAM, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2021 conforme abaixo:

Programa de trabalho: 04122003220000001

Natureza da despesa: 339030

Fonte: 0100/280

17..INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

17.1 Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, pelos telefones (91) 4008-5642 ou pelo e-mail waldemar.figueiredo@sudam.gov.br, sendo resolvidos os casos omissos pela Diretoria de Administração da Sudam;

17.2 As disposições gerais desta cotação são partes integrantes de instrumento e constam no item 27 do termo de referência como aqui estiverem transcritas.

17.3 O Termo de Referência para esta Cotação Eletrônica está disponível no sítio www.sudam.gov.br

18.FORO

18.Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Pará para dirimir questões oriundas desta cotação eletrônica.

Belém, 10 de agosto de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Djair Bandeira Alves, Assistente Técnico**, em 10/08/2021, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0361494** e o código CRC **8CEAF725**.

Referência: Processo nº 59004.001432/2020-01

SEI nº 0361494